



Segurança alimentar e perspectivas de economia solidária na comunidade ribeirinha Divino Espírito Santo do Izidoro

Iraildes Caldas Torres¹

Celso Augusto Tôrres do Nascimento²

GT5: Reconfiguração do Trabalho e formas de Organização dos trabalhadores.

Introdução

Nas comunidades tradicionais da Amazônia, a família e as relações que dela resultam, constituem-se no elemento organizador da economia. A divisão sexual do trabalho é o suposto da produção e tem nas atividades femininas o ponto basilar da organização do trabalho.

Nesta pesquisa realizada na comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro, pertencente ao Município de Coari, no Amazonas, verificamos que as relações sociais são transpassadas pelo trabalho e por uma rede simbólica de sinais e significados. Mulheres e homens pautam suas relações com os elementais terra, floresta e rios com respeito e reverência, estabelecendo um pacto de preservação do ambiente natural em face da natureza dadivosa.

A condução metodológica da pesquisa seguiu as orientações das abordagens qualitativas, sem excluir os aspectos quantitativos. O desenvolvimento do campo se deu por intermédio da pesquisa participante, com uso de estratégias de seminários, palestras e diálogo aberto, utilizando recursos audiovisuais e dinâmicas intergrupais.

A coleta de dados obedeceu a uma amostra de 46 famílias residentes na comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro, cujos informantes foram ouvidos sob a técnica de formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Ouvimos em entrevista do tipo semi-estruturado 10 mulheres além de 2 lideranças femininas sendo 02 professoras, 01 líder comunitária e 01 membro de movimento social (clube de mães). Ouvimos, por fim, 2 líderes comunitários do sexo masculino.

A nossa intenção consistiu em perceber a forma como as mulheres expressam a sua consciência em relação a sua condição de trabalhadora, agricultora, como estabelecem relações com o meio ambiente e de que forma elas organizam o trabalho na agricultura familiar, mantendo certo equilíbrio em relação a segurança alimentar. Buscamos perceber também a forma pela qual os homens lidam com o meio ambiente,

¹ Professora da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências Sociais/Antropologia. Líder do GEPOS - Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social.

² Economista. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Membro do GEPOS – Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social.



como vêm a participação das mulheres no sistema produtivo e suas formas de organização do trabalho no âmbito da economia solidária.

Trata-se, portanto, de um estudo sobre segurança alimentar e economia solidária, apontando os desafios e as possibilidades de o associativismo ser desenvolvido nas duas comunidades. Diga-se finalmente, que algumas mulheres representantes das duas comunidades participaram do XVI Encontro da Redor e II Emflor – Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta, realizado em Manaus, em 2010.

É assim que este estudo ganha fundamental relevância na medida em que poderá constituir-se num documento necessário para a fundamentação de políticas públicas dirigidas ao segmento feminino da Amazônia.

Gênero, Segurança Alimentar e Economia Solidária em Izidoro/Amazonas

No processo progressivo de reestruturação das bases produtivas do capital que se faz acompanhar pela perda incomensurável do poder de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho, torna-se mister que os trabalhadores encontrem outras formas de trabalho diferentes das formas contratualistas de cunho capitalista.

O momento presente exige que o sujeito histórico busque novas oportunidades e crie formas de trabalho socialmente reinventadas e auto-sustentáveis. Essa é a condição histórica de reinvenção da sobrevivência pautada no uso de novas técnicas de trabalho, em que as pessoas buscam a sua valorização, ampliam a sua capacidade e se redescobrem empreendedoras à guisa de construto-humano.

Veja, que “não se trata de um empreendedorismo individual, potencializado e difundido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro das Pequenas e Microempresas)”. Estamos nos referindo “ao empreendedorismo coletivizado e socialmente solidário” (NASCIMENTO, 2005, p. 11). A economia solidária é um novo conceito que vem sendo construído no Brasil, de forma esparsa e difusa, desde a década de 80. Mas, que, atualmente, ganha fôlego e consistência conceitual nos domínios das ciências sociais, da economia e de outras ciências, na medida em que a economia solidária não é de domínio de uma única ciência (TORRES, 2010).

Estamos falando de empreendimentos auto gerenciados que diferem do capitalismo, mas não sobrevivem fora de uma economia mercantilista. Entenda-se, fora de um sistema de compra e troca. O empreendimento é administrado democraticamente, irmanando-se com os iguais e insurgindo-se contra a sujeição e a exploração (SINGER, 2002).

Os moradores das Comunidades Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto e Divino Espírito Santo do Izidoro, que já vivenciam práticas de solidariedade e cooperação, buscam formas de trabalho socialmente solidárias. Jones Araújo, líder comunitário do Núcleo Santa Isabel em Barro Alto, diz o seguinte: “eu gosto muito daqui [...]. A gente conhece todo mundo, vai na casa de todo mundo. Quando um precisa de uma coisa o outro socorre. É esse o nosso sistema” (Entrevista/2010).

E acrescenta:



Acho que poderíamos, com a orientação de gente como vocês que conhecem outras experiências, aprender outras técnicas de plantio de roça e feitura de farinha que fosse menos trabalhoso e menos agressivo à floresta. Temos que aprender mais sobre essa história de manejo da floresta. Muito se tem falado sobre isso, mas pouco nos ensinam sobre como é de verdade. Depois, as roças estão ficando cada vez mais longe. Vocês viram a distância. A gente tem que fazer a roça, todos no mesmo desmatado para uma roça proteger a outra dos bichos. Nisso a gente se combina bem. Se a gente tivesse uma casa de farinha bem estruturada, tudo seria mais fácil e a gente poderia produzir uma farinha até melhor. Porque, de farinha, nós entendemos bem. O problema é que não temos nada que facilite o nosso trabalho. Tudo é no braço. Por isso é que a gente tem que levar todos os filhos pra ajudar. Senão, não dá conta do trabalho (Jones, entrevista/2010).

Nezilda Culti (2002), já tinha anotado o fato de que os excluídos sociais tem se despertado para a realização de negócios ou empreendimentos comunitários para satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos na vida, por meio do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas.

O que falta, no entanto, para que esses comunitários se organizem de forma racional e metodologicamente eficaz é conhecimento e orientação técnica como pontuou o nosso entrevistado. A ideia apontada por Singer (1998, p. 122), no sentido de que “para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa”, se faz acompanhar por uma proposta de orientação técnico-formativo desses sujeitos sociais por pesquisadores da universidade brasileira. Cabe dizer, para sermos mais justos e precisos, que esta é uma proposta apresentada por Herbert de Sousa, o Betinho, aos pesquisadores da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro¹. Ela está no nascedouro da economia solidária no Brasil.

Maria Aparecida da Silva e Silva, moradora da comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro, é uma das maiores entusiastas da criação de uma cooperativa de produção de farinha na comunidade. Segundo esta nossa informante,

Uma cooperativa ia nos ajudar muito. Nossa! Como nossa vida ia melhorar porque sozinho ninguém cresce, ninguém muda de vida para melhor. Além do que é difícil transportar nossos produtos para vender na cidade, uma cooperativa ia abrir caminho para nós (entrevista/2010).

Deve-se reconhecer que os povos tradicionais da Amazônia vivem isolados e sem os recursos da ciência e da tecnologia, em sua ampla maioria. Nem instituições como o IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e a SERPRO – Secretaria Rural de Produção dispõem de técnicos suficientes para a implementação de uma política de capacitação técnica aos povos



ribeirinhos, e nem a Universidade através de seus pesquisadores engajados na causa dos excluídos sociais, consegue fazer o acompanhamento e monitoramento às comunidades depois que são encerrados os trabalhos de investigação.

Nossa equipe de pesquisadores e pesquisadoras realizou palestras e seminários de sensibilização nas duas comunidades, expondo noções de economia solidária e segurança alimentar, apontando a capacidade que as mulheres possuem em termos da organização da comunidade à guisa de empoderamento desses sujeitos sociais. As mulheres, como entendem Buarque e Vainsencher (2001) não tem só capacidade produtiva, tem, sobretudo poder de articulação e organização.

As mulheres agricultoras de Izidoro são os sujeitos que tomam a dianteira do trabalho dentro da unidade familiar, desde a construção do roçado, plantio, capina, colheita e feitura da farinha até o escoamento do produto ao mercado na cidade de Coari. Como diz Davi Dorotheo, líder comunitário de Izidoro,

Aqui as mulheres fazem de tudo. Elas são muito trabalhadeiras e interessadas na melhoria da comunidade. Falta apoio para nós aqui. Na seca temos muita dificuldade para levar nossos produtos para vender (Entrevista/2010).

O ecossistema amazônico de subida e descida das águas exigem que os trabalhadores rurais se organizem para se inserirem sem prejuízo nas suas leis naturais. Vimos na fala de Maria Aparecida e Davi Dorotheo, que há necessidade de intervenção das políticas públicas para contribuir no escoamento dos produtos agrícolas. E, embora o líder comunitário reconheça que as mulheres são grandes trabalhadoras, esteio da economia doméstica e preocupadas com a melhoria da comunidade, há empecilhos para que a comunidade cresça. Parece que suas vozes não encontra eco. Segundo Castro (2008, p. 12),

Na época da seca fica difícil o acesso até a cidade, pois os comunitários muitas vezes precisam arrastar suas canoas pela lama ou carregá-las nas costas pelo caminho. Isto é feito várias vezes pelos produtores rurais para chegarem até a feira do produtor rural, visando vender a sua produção que às vezes os produtos são vendidos por um preço que não dá para suprir suas necessidades básicas.

Há, aqui, uma situação de insegurança alimentar na medida em que a circulação de moeda na comunidade só advém de algumas aposentadorias, políticas de transferência de renda e da venda dos produtos agrícolas. Inexistem assalariados, exceto o líder comunitário que recebe um salário mínimo da Prefeitura de Coari. Segundo Suarez e Libardone (1992) a partir do processo de desenvolvimento agrícola, no país, iniciado nos anos sessenta, até o projeto agrícola para os anos noventa, a ação governamental permaneceu, evitando reconhecer a contribuição da produção familiar. Ou seja, em lugar de apoiá-la, em seu desenvolvimento particular, empenhou-se, quando muito, em transmutá-la ora nos limites da perspectiva urbana, ora nos das grandes empresas



Em nossas conversas e palestras com as mulheres de Izidoro discutimos a matricialidade da família nos programas de políticas sociais de transferência de renda do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa centralidade é definida no escopo teórico dessas políticas como o lugar por excelência da proteção, o que significa aferir que o próprio Estado reconhece na família uma função social e primordial no processo de reprodução material e simbólica da espécie.

O paradigma da matricialidade familiar é complementado pelo critério de gênero, em que as mulheres nutrizas e chefes de famílias, assumem proeminência no processo de inclusão nas políticas de transferência de renda. Maria Aparecida Silva é enfática ao afirmar que,

Aqui, nós mulheres cuidamos de tudo na agricultura, na pesca, na venda. Aqui na comunidade tem muitas mulheres que pescam e tem outras que não pescam. Eu pesco porque não posso depender só do meu marido (Entrevista/2010).

Isto confirma o que Duque-Arazola (2010, p.237) vem chamando a atenção no sentido de que

quem é responsabilizada e realiza predominantemente a proteção e o trabalho com os cuidados, a reprodução e o bem-estar do grupo doméstico são as mulheres, desde sua mais tenra idade, em nome de sua capacidade gestora e sua 'natural' competência de gênero com as atividades da reprodução.

Em Izidoro as mulheres desenvolvem outras atividades como a pesca, fato não constatado na fala das mulheres de Barro Alto. Mas, mesmo em Izidoro, a lavoura suplanta a pesca. Segundo Almeida e Maneschy (2001, p. 436), isto porque “a divisão do trabalho entre os sexos e as gerações explicam essa proeminência, pois a pesca tende a absorver diretamente os homens adultos”. Não podemos deixar de reconhecer que a política de assistência social tem sido desenvolvida a contento pelo MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Os critérios de inclusão levando em conta o corte de gênero são claros e bem definidos. O que falta, com efeito, é a definição de outras políticas econômicas para os trabalhadores rurais. Embora o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário tenha garantido a criação de uma linha de crédito para as mulheres, o PRONAF/Mulher, ainda há uma grande lacuna em termos de políticas públicas para as mulheres da área rural.

Na fala de dona Maria Alcilene Gonçalves Marques, da comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro, aparece uma preocupação com a segurança alimentar da comunidade, recorrente também em outras falas. Vejamos:

Eu crio galinha, pato e porco. Faço tudo com os derivados da mandioca: tapioca, tucupi, beiju, farinha de tapioca, pé-de-moleque. Nós mulheres também plantamos cebola, pimenta de cheiro, coentro, tomate [...]. O meu trabalho final é colocar os



produtos no mercado para vender, mas é uma dificuldade. Precisamos de ajuda para a nossa comunidade (Entrevista/2010).

As estratégias de sobrevivência das famílias incluem, necessariamente, a venda dos produtos agrícolas na feira da cidade. Tal necessidade é constatada no clamor de nossa entrevista: “precisamos de ajuda para a nossa comunidade” (Alcilene, entrevista/2010). Mulheres e homens, de modo geral, trabalham na terra até a idade avançada. Mesmo “aposentados e aposentadas continuam a ir regularmente aos 'centros' ou 'retiros', como chamam as áreas de terra firme onde plantam seus roçados” (ALMEIDA e MANESCHY, 2001, p. 326).

O Estado, no entanto, deve ser acionado para prover condições necessárias para impulsionar a economia primária, sobretudo porque as práticas sociais da lavoura e agricultura familiar são repassadas de geração a geração, conforme explica um dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa na comunidade do Barro Alto:

Os meninos aprendem a lida da roça desde muito pequenos. Mas, esse é o nosso sistema. A maioria de nós que moramos aqui é filho de seringueiro. Isso quer dizer que a gente cortava seringa desde muito pequenos. Desde que eu me lembro por gente, eu já ia cortar seringa com meu pai. Acho que eu tinha uns 4 anos quando comecei. Isso a gente passa pros filhos. A Conceição leva as meninas pra roça desde bebezinhas. As maiores cuidam das menores na casa de farinha, ali na vista da gente. Porque a roça é longe. A gente não pode deixar as menores sozinhas em casa. Por isso, todo mundo leva os filhos pra roça desde pequenininhos. Quando vai pegando tamanho, já começa a ajudar em alguma coisa: é descascando alguma mandioca, lavando outras, carregando água. Sempre se tem alguma coisa para as crianças fazer e aprender. Esse é o nosso sistema: a gente ensina desde cedo. Tem menino por aí que dá duro na roça igual aos pais desde os 10 ou 11 anos. Mas, a gente nunca descuida da escola. Os que estão na escola, voltam mais cedo pra ir estudar. Quem estuda de manhã, só vai pra roça depois da aula. (Jones, entrevista/2010).

É patente o fato de que as famílias camponesas educam seus filhos na centralidade do trabalho desde muito cedo, são valores ancestrais passados de pais para filhos. Os membros do grupo doméstico trabalham juntos, formando unidades produtivas familiares flexíveis e dinâmicas, sem que se configure exploração do trabalho infantil para as crianças (TORRES, 2007). A escola não é descuidada, ao contrário, a hora da aula mobiliza o retorno de toda a família do roçado para a casa.

A participação das famílias nos programas de transferência de renda contribuem, fundamentalmente, para a permanência das crianças na escola. Para Duque-Arrazola (2010), a participação das mulheres em programas como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil traz obrigações e responsabilidades.



Supõe usufruto de saberes e das competências de gênero das mulheres pelo programa, relativas às diferentes objetivações com a reprodução cotidiana do grupo familiar. Entre estas, os cuidados com a alimentação, higiene, saúde, doenças, além das diferentes objetivações com a socialização e educação das crianças (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 239).

Os mesmos requisitos são exigidos pelo Bolsa Família, com forte ênfase na educação das crianças, o que determina que a família camponesa, especialmente a mãe agricultora, organize seu trabalho na roça em função da escola das crianças.

Outra situação constatada na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, são as condições de risco e precariedade com que os moradores lidam com a pequena pecuária. É o que nos relata o líder Jones Araújo:

Outra coisa que poderia melhorar a nossa condição é a situação do lugar onde a gente cria o gado, Já vai para mais de 30 anos que a gente cria gado ali na ilha. É uma área de terra firme que o rio não alcança na cheia. É o único lugar aqui que dá pra criar gado. A gente descobriu isso ainda na época que os Barretos deixaram o engenho e investiram no gado. Nós comprávamos gado deles trocados por nosso trabalho. Como a gente não podia deixar nossas cabeças de gado misturadas com as deles, senão no fim a gente perdia tudo de novo, inventamos a estratégia de atravessar o rio para deixar o gado do lado de lá. E, assim fizemos. É uma ilha boa pro gado. Não tem doenças. Tem capim bom. Só não dá pra morar lá porque não tem proteção da floresta e quando vem tempestade arranca tudo. O gado fica porque é pesado. O problema é que tem muita gente de Coari trazendo o gado pra cá também. Como não temos o documento da terra, todo mundo se sente dono da ilha. Por isso acontecem coisas como essa história que te contei do meu irmão mais velho que cuidou do gado do doutor e, no fim ficou no prejuízo. Atualmente, tem muito conflito na ilha. Em outros tempos, criávamos o nosso gado em paz. Era só atravessar o rio, cuidar da criação e voltar pro lado de cá. Agora não. Temos que manter sempre uma pessoa lá, de plantão. Senão, quando eles misturam o gado, na hora de levar o gado embora, sempre levam junto as nossas cabeças de gado. Por isso é que tem muito conflito na ilha (Entrevista/2010).

Se observarmos bem, o fundo da questão exposta nessa narrativa, é o conflito existentes entre os criadores de bovino. Talvez, fosse pertinente pensar em economia solidária para resolver o problema. Se, não necessariamente, em forma de empreendimento solidário para conduzir a criação e o negócio com gado, poderia ser para constituir o uso solidário da terra. Esse tipo de organização do trabalho coletivo ou comunitário resgata a condição dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, companheiros e trabalhadores (NASCIMENTO, 2005). A economia solidária é uma



modalidade de trabalho que surge do povo de maneira espontânea, ou por indução de sujeitos autônomos que apoiam essa iniciativa popular.

É importante que os trabalhadores se apropriem da racionalidade metodológica das ações coletivizadas, com monitoramento e acompanhamento de instituições especializadas, mas sem esquecer que a racionalidade técnica deve estar subordinada ao atendimento das ações definidas pelo coletivo de trabalhadores. Conforme Singer (2002), a autonomia, a equidade, a solidariedade e a participação são valores que vem agregar-se ao trabalho cooperativado. Alguns conflitos em torno da criação de bovinos nessa comunidade assumem contornos assustadores, como expõe o nosso informante:

O meu irmão mais velho, que continua morando aqui na comunidade, teve um problema com um doutor lá de Coari que cria gado aí na ilha. Ele trabalhou pra esse doutor por muitos anos sem receber. Cuidava do gado, transferia de um lugar para outro no tempo da seca, cuidava das crias. Dava remédio. Todas essas coisas de cuidado com o gado que o senhor já conhece. Aconteceu que, quando o tal do doutor veio para vender o gado, não quis acertar direito com meu irmão. Pagou uma mixaria pra ele. Então, nós o orientamos para ele ir buscar seus direitos. Eu fui com ele no Ministério do Trabalho. Depois de mais de ano de processo, ele ganhou a causa e a justiça mandou o patrão pagar pra ele quase uns 5 mil de indenização. Agora, o patrão vive ameaçando ele para não pagar o que a justiça mandou. E ele, por medo, fica calado porque tem medo de matarem ele e a família ficar aí abandonada como aconteceu com o primo. Essas coisas aqui são muito difíceis. E a gente sempre fica com medo porque eles são mais fortes do que nós (Jones, entrevista/2010).

O medo que o irmão do Sr. Jones Araújo tem em relação à pessoa de seu patrão não é fantasmagoria, fruto de sua fértil imaginação. Graça historicamente, na Amazônia, a prática da pistolagem de forma aberta. A resistência dos trabalhadores e a sua cidadania amparada pelos direitos trabalhistas, é vista como uma ofensa ao patrão, que procura resolver a seu modo, não raro com derramamento de sangue, para não dar a “mão a torcer” ao trabalhador. Foi assim com os trabalhadores de minérios, é assim com lideranças sindicais e religiosas e tem sido assim com os trabalhadores sem-terra do Araguaia e do chamado “Bico do Papagaio”, localidade situada na confluência do Pará com o Maranhão.

Voltamos a reiterar, amiúde, que cooperação e solidariedade são elementos vitais para a organização coletiva dos trabalhadores. São definidores da resistência, pois, juntos, eles constituem uma força que pode enfrentar pressões e dificuldades. A força da união é capaz de transpor barreiras e superar grandes obstáculos colocados pelos novos tempos.

Benatti (1994), reconhece que nesses espaços as famílias agricultoras constroem um nível de solidariedade e coesão social, formado a partir de normas de caráter consensual que garantem a coletivização desses espaços.



Esta pesquisa revela que a produção de alimentos mobiliza a ação comum de homens e mulheres dentro da unidade familiar, mas também em sistema coletivo de ajuri e 'meia', sobretudo em Izidoro. Os grupos de marido, mulher e filhos são unidades produtivas e econômicas. O trabalho social mobiliza toda a família, é voltado para a subsistência e para o mercado. As mulheres são sujeitos centrais na organização da economia do grupo doméstico, preocupadas em organizar a comunidade também no âmbito da segurança alimentar e da economia solidária, enquanto um desafio para o futuro.

Considerações Finais

Ao término desta investigação percebemos que as mulheres de Izidoro não são mais as mesmas, parece que houve um impacto em suas vidas a partir desta pesquisa. Elas estão num processo contínuo de descobertas e aprendizagens que não deveria ser interrompido.

Um desses processos se refere a sua relação com a agricultura e a interpretação que cada uma delas e os membros da comunidade atribuem ao significado do “ser agricultora”, num contexto tenso e marcado pelas relações de conflito de gênero.

Constatamos nesta pesquisa que as mulheres têm uma posição mais destacada na agricultura do que os homens, embora não exclusiva porque eles realizam o trabalho da derrubada e da roçagem, porque trata-se do trabalho que possui menor grau de importância do que a caça e a pesca. Isto nos lembra o universo de significados simbólicos em a mulher é associada à terra e a mãe natureza;

A relação das mulheres com a natureza, especialmente com a agricultura, possui substrato vital de fecundidade e de natalidade. A terra, assim como a mulher, é vida, ambas têm forças geradoras e criadoras. São fecundas e vitais.

Embora possa parecer à primeira vista que os homens são os principais arrimos ou mantenedores de suas famílias, a nossa observação e constatação é de que ambos, homem e mulher, são os responsáveis pela manutenção da família. As mulheres assumem a integralidade do trabalho da roça, da agricultura familiar, enquanto que os homens se encarregam das atividades de pesca e de caça.

Dentre os problemas constatados constam a falta de incentivo à agricultura e a ausência de recursos de infraestrutura para realizar o transporte da produção até o comércio na cidade de Coari. Por ocasião da seca ou vazante das águas do acesso à cidade é quase inexistente para os moradores da comunidade Divino Espírito Santo do Izidoro. Homens e mulheres arrastam suas canoas pelo lamaçal carregando-as sobre as costas até chegar à feira do produtor, localizado na cidade de Coari.

Outro aspecto constatado é que as mulheres são os sujeitos centrais, responsáveis pela organização social e política de suas comunidades. São também animadoras das relações de sociabilidades, vividos em estreita relação com o ambiente natural.

A relação que as mulheres estabelecem com o meio ambiente, através de sua prática com o meio ambiente, através de suas práticas sociais, é marcada por uma postura de respeito e reverência. Essa relação tem estreita conexão com o conceito de equilíbrio que envolve a vida humana e a biosfera planetária.



As mulheres da floresta possuem um *ethos* de especial cuidado para com o meio ambiente. Não é demasiado afirmar que as mulheres têm uma relação menos destrutiva com o meio ambiente do que os homens. Elas possuem uma racionalização estratégica preservacionista importante em relação ao solo, animais, plantas, água. Trata-se de uma racionalização intuitiva que tem como horizonte a continuidade da vida, a reprodução da espécie e a perenidade do planeta.

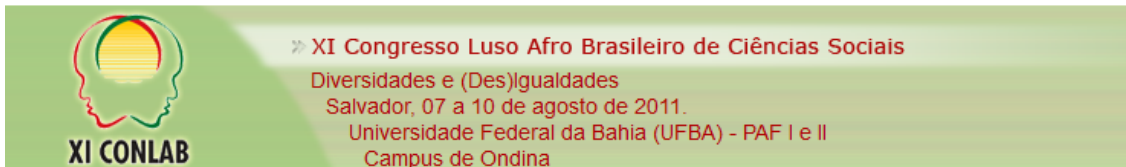
É possível que o processo de realização desta pesquisa tenha despertado nessas mulheres o desejo de seguir repensando sua atividade agrícola e a produção de farinha. A partir das reflexões resultantes dos encontros, seminários e outras atividades comunitárias realizadas no decorrer da pesquisa, elas já começaram a elaborar algumas novas abordagens sobre seu papel na comunidade, na família e na sociedade. Seguindo esta dinâmica, já se percebe uma tomada de consciência sobre a condição de dominação e sobre os mecanismos de controle social e político que os homens exercem sobre elas. Uma vez cientes destes mecanismos, elas já começam a romper com o sistema de dominação, buscando alternativas de vivência e convivência baseadas no diálogo, no respeito mútuo das diferenças e relação de igualdade de direitos.

Esse processo contribui para que possam ir revendo as suas práticas de trabalho e a produção de farinha, elaborando propostas e projetos que possam intervir de forma coletiva contribuindo para a manutenção da atividade sem comprometer suas condições de vida e existência. Nesse sentido, é preciso reconhecer que o trabalho na agricultura e na produção de farinha, da maneira que estão realizando atualmente, resulta em grande prejuízo econômico e para a saúde das mesmas.

O fator da violência que aparece na pesquisa é traduzido na vida das mulheres como *dor e sofrimento*. Trata-se de uma relação de trabalho agrícola que se converte em uma situação de violência ao corpo das mulheres que sofrem com as dores do peso do trabalho penoso, o que ocasiona agravo à sua saúde. Some-se a isto a dificuldade de acesso às tecnologias sociais que poderiam contribuir para melhor qualidade de vida. As doenças resultantes da exposição ao sol nos trabalhos da agricultura na roça e na torrefação nas casas de farinha, são agravos à saúde que poderiam ser evitadas se houvesse políticas públicas direcionadas às mulheres da área rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marineide Pereira de e MANESCHY, Maria Cristina. **Pesca e Lavoura: espaços de complementariedade**. In: FERREIRA, Mary (org.). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luís. Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.



BENATTI, José Helder. **A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia.** In: D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BUARQUE, Cristina Maria e VAINSENER, Semira Adler. **Gênero e Ong: a identidade da pequena agricultora.** In: FERREIRA, Mary (org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero.* São Luis: Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher e Cidadania e Relações de Gênero. Salvador, 2001.

CASTRO, Socorro de Nazaré da Silva. **Programa Direito à Cidadania e Modo de vida tradicional: um estudo de caso na comunidade ribeirinha Izidoro de Coari.** Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Coari/AM, 2008.

CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade.** Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, realizado em Amsterdã – Holanda, 2002 (mimeo).

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **As mulheres em programas de assistência social: o caso das mães do programa de erradicação do trabalho infantil em uma área rural da zona da mata de Pernambuco.** In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide (org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

LIBARDONE, Marlene. **Mulher e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero.** Brasília: Ilca, 1992.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôres do. **Experiências de cooperativismo em Manaus: uma iniciativa inovadora no âmbito da geração de renda.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

SUAREZ, Mireia. **Modernidade e pós-modernidade, ideologia e teoria feminista. Comunicação oral.** In: *condição feminina e relações de gênero*, 1993 (mimeo).

TORRES, Iraildes Caldas. **Relatório de Pesquisa.** Manaus, 2007 (mimeo).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina